

# **INTERVENÇÕES**

## **Avaliação do desempenho docente: centralidade e periferia**



**João Paulo Videira, Membro do Secretariado Nacional da FENPROF**

Decorrente do difícil momento que vive a Educação em Portugal, a Avaliação do Desempenho Docente atravessa uma crise de concepção, tratamento e implementação, caracterizada, na sua essência, por um paradoxo. O paradoxo da sua reconhecida periferia e da sua evidente centralidade.

A FENPROF tem constatado que a comunidade científica, educativa e até a comunidade política são unânimes em reconhecer que o cerne da profissão docente é o desempenho propriamente dito, o inestimável contacto pedagógico que faz os povos crescerem enquanto nações pelo que, não obstante a sua importância, a Avaliação do Desempenho deveria constituir uma matéria periférica no quotidiano das comunidades educativas. Contudo, temos verificado que assim não é. Tem sido atribuída a esta matéria uma desnecessária centralidade, uma desmedida e injustificada importância.

Não custa admitir que, enquanto instrumento de regulação da qualidade do serviço público que é a Educação, que, enquanto instrumento de promoção formativa da qualidade do serviço prestado pelos professores, a Avaliação do Desempenho é importante. Mas custa admitir que tenha sido trazida, no mandato do anterior Governo e continue a ser trazida no mandato do presente Governo, para a centralidade do debate e da negociação em torno da Educação pelos piores e menos válidos motivos. Efectivamente, o tratamento dado a este assunto tem ignorado completa e sucessivamente o desejável cariz formativo e promotor de prestações de qualidade por parte dos professores. E porquê? Porque foi lamentavelmente transformado num instrumento de gestão e administração de quadros, num instrumento de regulação e constrangimento da carreira docente, num instrumento de tentativa de descrédito e divisão dos professores em ordem a justificar alterações nefastas e indignas ao Estatuto da Carreira Docente. Alterações que, todos sabemos, radicam numa gestão de índole financeira e economicista da Educação a coberto de um clima de intimidação sustentado pela ideia de uma crise que, todos sabemos também, teima em ser só para alguns e paga sempre pelos mesmos.

Ora, uma Avaliação do Desempenho Docente assim pensada, sustentada em tão fracos alicerces, estava condenada ao fracasso desde o início. Estava condenada a não funcionar. O Ministério da Educação de Maria de Lurdes Rodrigues foi o que mais falou em avaliação, foi o que mais brandiu essa bandeira e, ironicamente, foi o ministério que menos avaliou e que, quando o fez, fê-lo de forma desorganizada, atabalhoada, lançando a confusão, o caos, a injustiça e um clima de tensão e desilusão nas escolas portuguesas e naqueles que são o sustentáculo primeiro do sistema educativo: os professores e educadores.

Ao longo da tentativa de implementação de um modelo insano, cometeram-se erros cujas consequências levarão anos de trabalho a superar. Encarou-se a avaliação como um ponto de chegada, um produto, ao invés de ser encarada como a análise processual de um percurso. Por via da questionável ligação da Avaliação do Desempenho ao desenvolvimento da carreira, promoveu-se uma perspectiva quantitativa da avaliação em detrimento da perspetivação qualitativa. Numa absurda avalanche legislativa, o Ministério da Educação enveredou pela burocratização do processo avaliativo e rapidamente converteu a avaliação do desempenho num obstáculo ao desempenho propriamente dito. Fomentou a dispersão e a disparidade de tal forma que as consequências de tal avaliação ainda hoje se fazem sentir como é o caso da reivindicação pelos professores contratados da não consideração dessa avaliação para efeitos de concurso. Posição que a FENPROF sempre defendeu. E Criou-se um modelo desadequado da realidade que vivem as escolas portuguesas e obstaculizante do desempenho que pretendia avaliar.

O processo que ganharia em eficácia tanto mais prático e menos presente fosse, assumiu uma centralidade conflituosa na vida dos professores e, por isso mesmo, os resultados foram desastrosos. Independentemente das classificações obtidas, a avaliação não conquistou credibilidade e produziu resultados díspares e injustos. Desde a não correspondência das menções quantitativas com as qualitativas até à expressão falaciosa, porque artificial, de um mérito sujeito a quotas e vagas. Está podre um país que não reconhece o mérito dos seus educadores e professores. Está podre um país que não concebe nem viabiliza a possibilidade de excelência para todos os profissionais da docência.

Ao contrário de certa desinformação que foi, e ainda é, veiculada, os professores e educadores deste país querem ser avaliados. E querem ser avaliados com critério, com adequação, com rigor e com justiça. E foi na senda dessa justiça e de um modelo avaliativo adequado que a FENPROF desenvolveu um processo de investigação que resultou numa proposta cientificamente fundamentada e profissionalmente adequada às necessidades da Escola Pública. E apresentámos esse modelo como alternativa. E batemo-nos pelos seus princípios alertando constantemente para aquilo que, infelizmente, veio a verificar-se. Defendemos uma avaliação de cariz formativo e processual. Defendemos uma avaliação entre pares, efectivamente participada e partilhada. Defendemos instrumentos e processos avaliativos dotados de simplicidade e eficácia. Defendemos mecanismos transparentes que garantam resultados justos e que reflectam o desempenho real dos docentes. Defendemos uma avaliação integrada, que avaliasse o serviço prestado pela comunidade escolar colectivamente mais do que as prestações individuais. Defendemos o reconhecimento efectivo do mérito absoluto sem constrangimentos artificiais. Defendemos uma avaliação que se articulasse com a organização dos horários de trabalho e, fundamentalmente, se integrasse e interagisse com um modelo de gestão e administração escolar democrático e adequado ao perfil da escola pública portuguesa.

A retoma do processo negocial com o Ministério da Educação de Isabel Alçada criou a legítima expectativa de inverter o rumo dado ao Estatuto da Carreira Docente e, conseqüentemente, à Avaliação do Desempenho. Depressa se percebeu que a abertura negocial do Ministério da Educação não se estendia a esta matéria. Mais, depressa se percebeu que a intenção seria reeditar o modelo de Maria de Lurdes Rodrigues com alterações de pormenor. O acordo de princípios assinado em sete de Janeiro último estabeleceu isso mesmo, os princípios e criou condições para a abertura de um espaço negocial onde acreditámos poderíamos, negociando a regulamentação, estabelecer um regime de avaliação minimamente adequado e pertinente. No desenrolar do processo negocial, a FENPROF afirmou sempre e inequivocamente que estávamos perante um modelo que não servia a promoção da qualidade da escola pública portuguesa. Por essa razão, voltámos a apresentar propostas, soluções e orientações para obviar a construção de um modelo capaz. Tal não foi possível. O Ministério da Educação fez pequenas alterações e ajustamentos que minoram os efeitos nefastos da sua implementação mas, na essência, recupera o regime simplificado estatuído no mandato anterior. Mantém um regime de quotas e constrangimentos, mantém os ciclos avaliativos bienais, mantém a absurda menção de “Regular”, mantém as portas abertas à dispersão e heterogeneidade na produção de instrumentos de registo, mantém a figura de um professor avaliador, agora designado de relator, nomeado negando a possibilidade da sua eleição colegial como garantia do reconhecimento, pelos seus pares, da sua autoridade enquanto tal, mantém, ainda que em regime opcional, a figura desnecessária dos objectivos individuais, e não aponta soluções para a avaliação dos professores que tenham a seu cargo o trabalho com modalidades de formação não regulares, a saber, Cursos de Educação e Formação de Adultos e processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

As conseqüências são, previsivelmente, semelhantes ao que sucedeu no passado recente. A componente formativa do modelo perder-se-á em prol da sua vertente classificativa e administrativa, as soluções de implementação vão escassear e falhar porque não haverá disponibilidade intelectual, mental e até física para encontrar avaliadores, observadores, elementos para a Comissão Coordenadora da Avaliação, júris e júris de recurso, sem que se ponha em causa a qualidade do que efectivamente interessa: a actividade lectiva. Estarão criadas condições para que regresse às escolas o clima de suspeição, descrédito, desilusão, confusão e caos em torno de procedimentos que, repetimos, deveriam ser meramente periféricos na vida das escolas, dos professores e educadores. Pior do que tudo isto, vivemos o espectro de voltar a ter resultados díspares, criadores de cisões, resultados que acentuam e aprofundam a desigualdade, a arbitrariedade e a discricionariedade e, como tal, não permitam aos professores confiar no modelo que os avalia.

Estaremos atentos e acompanharemos a sua implementação. Estaremos prontos para a revisão do modelo e lutaremos pela sua substituição por algo que sirva a Escola de forma justa e promotora da qualidade do desempenho. E, durante o processo de implementação, com a mesma honestidade e com a mesma frontalidade com que reconheceremos as suas potencialidades, se as houver, cá estaremos para apontar as suas fragilidades e vicissitudes até à exaustão. E, se preciso for, faremos de novo ecoar pelas ruas da capital, faremos de novo ecoar por todo o país uma máxima e um grito que muito recentemente exprimi o sentimento dos professores e educadores portugueses em relação a esta forma de encarar a Avaliação do Desempenho Docente: AVALIAÇÃO SIM, ESTA NÃO!

Montemor-o-Novo  
23 e 24 de Abril 2010